

# Professora se defende

RENATO ARAÚJO

Mara Puljiz

A professora acusada de estimular uma agressão contra um menino de cinco anos na Escola Classe nº 56, no Setor O de Ceilândia, prestou depoimento, ontem, na 24ª Delegacia de Polícia (Ceilândia). Elizabeth Barros negou que tenha segurado o aluno para que os demais batessem no rosto dele, mas sim para apartar uma briga que ocorria entre os garotos. "O segurei porque ele estava batendo nas outras crianças, mas nesta hora um colega deu um tapa nele", contou Elizabeth ao **Jornal de Brasília**.

O episódio teria ocorrido pouco antes das 11h da última terça-feira. Um grupo de 28 alunos tinha acabado de sair do recreio e estava em uma fila para ir ao banheiro. A professora teria então percebido a briga e decidiu intervir para que as agressões entre os alunos cessassem. "A intenção era de apartar e mais nada", disse a professora, que disse não ter conseguido dormir à noite e que estava visivelmente abalada e chorosa.

A versão dela é diferente da apresentada pela mãe da criança, a servidora do Ministério dos Esportes Rejane Vieiras Urani, 36 anos. Ela afirma que o filho contou que a professora teria segurado ele para que os demais batessem no rosto, em plena sala de aula. Isso seria uma forma de punição pelo fato de o menino ter agredido outra criança no dia anterior.



■ REJANE DENUNCIOU QUE O FILHO FOI SEGURADO PELA PROFESSORA PARA QUE OS COLEGAS O AGREDISSEM

A docente, que estava com contrato temporário, disse ainda que não registrou o fato no livro de ocorrências da escola porque a criança já tinha histórico de agressão e mais uma poderia resultar na suspensão da criança. "É só olhar o histórico dele para ver como é o comportamento", rebateu.

O caso foi parar na delegacia e a Secretaria de Educação pode cancelar o contrato da professora. A Regional de Ensino de Ceilândia abriu sindicância para apurar as denúncias, feitas pela mãe da criança e confirmadas por outros três coleguinhas, e o

resultado deve sair até o fim do ano letivo. Famílias de outras crianças envolvidas também devem prestar esclarecimentos.

Para o secretário de Educação, José Luiz Valente, o afastamento da professora é necessário para garantir a integridade física dela e para o bem-estar dos próprios alunos. Ele preferiu não fazer pré-julgamento sobre o episódio. "A gente tem que ter muito cuidado no trato destas questões, para não cometer injustiças", avaliou.

A volta da professora para a sala de aula vai depender do

resultado da sindicância. Se as investigações forem concluídas antes do final do contrato de Elizabeth e se ficar comprovado que ela é inocente, a educadora poderá voltar a lecionar. "A versão da professora pode ser verdadeira, mas ela também pode ter se exaltado e errado na hora de corrigir o aluno. Vamos aguardar o fim de todo o processo de investigação e apuração dos fatos", ponderou Valente.

Caso o inquérito policial aberto na 24ª DP comprove os maus-tratos contra a criança, a docente poderá pegar até dois anos de detenção.